



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA**

### **PRÊMIO GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA PROGRAMA ESCOLA DO CAMPO**

#### FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

##### 1. Objetivos:

- ❖ Atender 100% da clientela do campo em projeto específico voltado para o campo.
- ❖ Desenvolver com o(a) educando(a) (e deste com os seus pais) os saberes necessários para a construção de um modelo de desenvolvimento agrário, social e economicamente viável, para a permanência do homem e da mulher no campo.
- ❖ Desenvolver com os(as) educandos(as) o espírito crítico, solidário e cooperativo, a auto-estima e, em especial, o compromisso deste sujeito com a sua história.
- ❖ Democratizar o acesso e a permanência com sucesso para todas as crianças e adolescentes do campo nos nove anos do ensino fundamental.
- ❖ Promover a cidadania no campo através da implementação da escola de ensino fundamental completo (9 anos), democrática e solidária.

##### Metas:

- ❖ Investir no desenvolvimento profissional dos(as) educadores(as), a fim de diminuir a distância entre a escola e a realidade do campo.
- ❖ Aperfeiçoar continuamente, com a participação da comunidade, a proposta pedagógica do campo.
- ❖ Desenvolver com os(as) educandos(as) pequenas cooperativas de geração de renda, valendo-se dos gêneros produzidos no campo, de forma solidária.
- ❖ Realizar encontros e seminários dos(as) educadores(as) do campo para que avaliem e socializem suas experiências, visando avançar coletivamente nesta tarefa inovadora.

- ❖ Aprovar o Plano de Carreira do Magistério do Município, no qual está explícita uma vantagem em pecúnia, pela distância, para os(as) educadores(as) do campo.
2. Escola de Ensino Fundamental de 9 anos, baseada em complexos temáticos (temas geradores) que são contextualizados na realidade vivida por homens e mulheres do campo e trabalhados de forma integrada pelas várias disciplinas e áreas do conhecimento, em espaços e tempos pedagógicos diferenciados. A escola conta com salas de referência para a sistematização do conhecimento e com laboratórios de informática, de ciências, de multimeios, além de biblioteca para o desenvolvimento dos conteúdos curriculares de modo a despertar o interesse do(a) educando(a), para que possa unir o saber científico ao saber prático e necessário à vida e produção de homens e mulheres do campo, através, por exemplo, do uso da cozinha experimental para processar a produção dos(as) assentados(as), fazendo a mediação entre a produção artesanal e a agro-industrial. O objetivo não é de produzir para vender, mas para unir o senso comum às técnicas modernas de processamento da produção, levantar o custo do produto nas aulas de matemática, fazer uma tabela da produção no computador, pesquisar novas técnicas na internet ou assistir um filme sobre o assunto. Desta forma, o(a) educando(a) aprende através das várias linguagens e recursos disponíveis.
  3. O programa está articulado a outras políticas municipais de apoio e valorização da agricultura familiar. Alguns dos projetos da área de desenvolvimento econômico para o campo utilizam o espaço da escola para realização de oficinas, incluindo alunos(as) e professores(as) nestas atividades.
  4. O público-alvo são crianças e adolescentes do campo, meninos e meninas, de 4 a 15 anos, residentes no assentamento rural Bela Vista do Chibarro, no assentamento Monte Alegre e nos arredores do Distrito de Bueno de Andrada, do município de Araraquara. O programa beneficia diretamente 515 crianças e adolescentes, dos quais 233 meninas e 282 meninos. Isto representa 100% da clientela destes locais. Para participar do programa o(a) aluno(a) deve ser morador(a) do assentamento rural ou morador(a) dos

arredores do distrito e participa do programa como aluno(a) regularmente matriculado(a) na unidade escolar municipal de ensino fundamental.

5. O município gasta R\$ 923.000,00 ao ano com o programa, com recursos próprios. A principal fonte financiadora é o FUNDEF. O percentual da receita orçamentária municipal gasto com o programa é de 2,42%.
6. 59 pessoas estão diretamente envolvidas na operacionalização do programa. Deste total 3 mulheres realizam a função de direção e 48 mulheres e 8 homens realizam funções de execução (Assistente Educacional Pedagógico, Diretora de Escola, Professor(a), Agente Educacional, Auxiliar de Limpeza, Merendeira e Secretária de Escola).
7. As organizações que participam do projeto de forma sistemática são o ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), o Departamento de Odontopediatria da UNESP-Araraquara e o INCRA/SP. No caso do ITESP e do INCRA, a convite do programa, os técnicos que dão assessoria aos(às) assentados(as), orientam os(as) educadores(as) e acompanham as atividades externas, junto com os(as) educandos(as) e educadores(as), nas aulas de campo. No projeto da UNESP, alunas(os) estagiárias(os), sob a coordenação de uma professora, dão orientações de saúde bucal, o que ocorre semanalmente.
8. A participação se efetiva através de vários coletivos: do Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres que se reúnem mensalmente e contam com a participação de toda comunidade escolar (Pais/Mães, Professores(as), Funcionários(as), Alunos(as) e membros da comunidade), esporadicamente ocorrem Assembléias de Pais/Mães, Educadores(as) e Educandos(as), convocados extraordinariamente para debater questões que envolvem o cotidiano da escola e do Grêmio Estudantil, eleito todos os anos para fazer a representação dos(as) alunos(as) junto à escola.

9. O projeto teve início com as diretrizes elaboradas pelo Grupo de Trabalho de Escola Rural, constituído no Fórum Municipal de Educação, que participou da primeira Conferência Municipal de Educação do Município, ocorrida em 2001, primeiro ano de mandato da atual administração municipal. Com as diretrizes da Conferência em mãos, a Secretaria criou uma coordenação especial para discutir e elaborar, com os (as) educadores(as), educandos(as), pais/mães e diferentes colaboradores(as) das escolas do campo, uma proposta pedagógica. O primeiro passo foi a municipalização da última escola rural que ainda era estadual e, em seguida, a extensão do atendimento do ensino fundamental de 4 para 9 anos. O passo mais importante foi uma série de reuniões com a comunidade escolar e colaboradores(as) do projeto para elaborar os princípios da escola do campo e a proposta pedagógica, com a finalidade de superar todas as resistências que se colocaram no percurso (recorrer à questão 11). Em seguida, vieram a construção e adequação do prédio à proposta. Os principais participantes do programa foram, além da comunidade escolar, colaboradores(as): alunos(as) da graduação e da pós-graduação de várias universidades da região (UNESP, USP, UFSCAR), representantes do coletivo estadual de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a ONG. Brincadeira de Criança, voluntários(as) e representantes do ITESP na região.

10. Podemos dividir em duas etapas a implementação do programa:

- ❖ As 10 reuniões nas quais se elaboraram os princípios da escola do campo, nas quais foram discutidas, exaustivamente, todas as posturas e tendências, porque o grupo defendia diferentes concepções e interesses.
- ❖ O período que sucedeu à elaboração dos princípios da escola do campo, no qual a escola construiu com a comunidade escolar os complexos temáticos, momento em que surgem as dificuldades de implementação e a necessidade de ampliação das instalações para abrigar, por completo, toda a proposta.

Nos encontros de educadores(as) do campo, para avaliação e planejamento, descobrimos que a escola não era feita, apenas, de temas geradores, mas existiam espaços e atividades que poderiam tornar-se geradoras de conhecimento, como exemplo: utilizar os lotes dos assentados para trabalhar os conteúdos escolares ou o

grêmio estudantil para desenvolver o tema da democracia. Nestas reuniões elaboramos o calendário escolar, com datas diferentes daquelas tradicionalmente comemoradas nas escolas. Desta forma, o programa vem se consolidando com a contribuição dos(as) professores(as) generalistas que permanecem no programa desde o início, com os encontros coletivos e com a participação e presença da comunidade na escola, a qual proporciona um controle maior sobre a qualidade do ensino.

11. Enfrentamos no início a resistência dos(as) professores(as) com relação à nova proposta e com relação à participação do MST nas discussões. Também houve resistência por parte da comunidade, que em princípio pensou que fosse uma proposta voltada, apenas, para o campo. Essas dificuldades estão sendo superadas com atividades coletivas/pedagógicas: realizamos em janeiro de 2004 um encontro entre educadores(as) do campo, realizamos oficinas com mulheres da comunidade, visitamos uma cooperativa do MST em Itapeva, participamos do encontro de mulheres (professoras e mães), do encontro dos Sem-terra (professoras, alunos e mães), do encontro de violeiros (professores e comunidade), da comemoração do aniversário do MST (professoras e comunidade) e temos uma diretora de escola fazendo o “curso de especialização em educação do campo e desenvolvimento” pela UnB.

Outro problema que enfrentamos é o da rotatividade dos(as) professores(as) especialistas, que interrompe o projeto e não permite o acúmulo de discussão necessária ao avanço do mesmo. Estamos amenizando o problema com transporte adequado para os(as) professores(as) se deslocarem até a escola e incluindo, no Plano de Carreira, um bônus para os(as) mesmos(as).

A instalação da internet, necessária à proposta pedagógica, é um obstáculo. Não conseguimos instalar por causa do valor, seriam necessárias várias antenas para fazer a transmissão.

12. Indicadores de evasão escolar, indicadores de desempenho dos(as) educandos(as) na superação das dificuldades de aprendizagem, indicadores de participação da comunidade na gestão da escola, indicadores do envolvimento da comunidade nos

projetos da escola e indicadores do envolvimento dos(as) educandos(as) na preservação da escola e dos equipamentos.

Do ponto de vista quantitativo:

- ❖ a evasão escolar, no período de 2004 é zero;
- ❖ a participação da comunidade nas reuniões e assembléias é de 80% em média.
- ❖ os índices de frequência dos(as) alunos(as) são de 90% em média (não ocorrem faltas dos alunos à escola, exceto em casos de extrema necessidade).

A principal avaliação é qualitativa. Observa-se, por exemplo, que todo o patrimônio da escola está perfeitamente preservado. Observamos também um efetivo interesse dos pais/mães no acompanhamento da vida escolar dos(as) seus(as) filhos(as), um relacionamento mais próximo entre pais/mães e educadores(as), uma atuação mais efetiva nas assembléias e reuniões. Nosso principal elemento de avaliação são os(as) próprios(as) alunos(as), que se referem de modo enfaticamente positivo com relação à escola do campo quando comparam sua vivência atual com o período em que estudavam na cidade. Há um reconhecimento por parte deles(as) de que nesta escola os seus saberes são valorizados e trabalhados pelos(as) professores(as).

13. Atender 515 crianças e adolescentes do campo no ensino fundamental de 9 anos, no campo e com proposta pedagógica construída pelos próprios sujeitos do processo ensino-aprendizagem.

14. O programa é inovador porque utiliza os espaços físicos construídos para a proposta (laboratório de ciências, laboratório de informática, sala de multimeios, cozinha experimental, biblioteca) e os espaços sociais geradores de conhecimento e práticas (exemplo: a prática democrática é vivenciada no Grêmio Estudantil, no Conselho de Escola e outros coletivos deliberativos). Nesta perspectiva, o conteúdo da democracia é trabalhado continuamente e não de forma desvinculada da prática, como se fosse uma aula de democracia. Outro espaço físico criado para as aulas são os lotes dos(as) assentados(as) (evitam que a escola gaste com estrutura e manutenção de viveiros) que funcionam como laboratórios permanentes e vivos para as práticas pedagógicas, assim

como, a horta da escola, o jardim, as áreas de reserva onde as crianças recolhem sementes para plantar ou para catalogar/compor um álbum.

15. O programa não focaliza a questão da pobreza, mas atua indiretamente com um segmento da população que foi alijada do processo de cidadania – homens e mulheres do campo. A distribuição de terras e os recursos despendidos não são suficientes para manter os(as) assentados(as). O programa visa exatamente resgatar a cidadania plena do homem e da mulher do campo, inclusive contribuindo para que possam se desenvolver plenamente através da atividade agrícola, social e economicamente viável. Ao atuar no ensino fundamental completo de 9 anos, aproximando a escola das necessidades do(a) educando(a) do campo e, conseqüentemente do(a) assentado(a), pesquisando novas técnicas de produção e de fabricação artesanal com agregação de valores ao produto bruto, o programa tem condições de contribuir para a superação da pobreza. Não só isso, pois a escola realiza as suas tarefas com base no trabalho coletivo e solidário. Portanto, o desenvolvimento econômico fica subordinado ao desenvolvimento social.
16. Garantia da escola de ensino fundamental completo para 100% dos(as) educandos(as) do campo e evasão zero. Superação da dicotomia teoria e prática. Trabalho no resgate da identidade do homem e da mulher do campo. Resgate da cultura do campo. Retomada das lutas pela reforma agrária. Trabalho com as crianças protagonistas de sua história. Reconquista da auto-estima do(a) educando(a), dos(as) educadores(as) e dos(as) próprios(as) assentados(as).
17. A ampliação do atendimento para as três escolas rurais do município, atendendo atualmente 515 crianças, entre educação infantil e ensino fundamental completo (algumas destas crianças estudavam na cidade desde a 1ª série).
18. A deficiência mais significativa é não utilizar plenamente os espaços alternativos (físico e social) no trabalho pedagógico.